



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CIED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL –
CAMPUS MACEIÓ

DISCENTE: JULIANA SILVA CORREIA

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA)

JULIANA SILVA CORREIA

DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Coordenação do Curso de Gestão Educacional –
Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas,
como requisito final para a obtenção em especialista
em Gestão Educacional.

Orientador: Professor Dr. Rodrigo Pereira

FOLHA DE APROVAÇÃO

JULIANA SILVA CORREIA

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de Pós-graduação em Gestão Educacional da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 27 de março de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
RODRIGO PEREIRA
Data: 25/04/2025 01:39:03-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Orientador – Prof. Dr. Rodrigo Pereira

Banca examinadora: 1

gov.br Documento assinado digitalmente
GIVANILDO DA SILVA
Data: 24/04/2025 13:32:19-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Examinador/a- Prof. Dr. Givanildo da Silva

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

THE CHALLENGES OF SCHOOL MANAGEMENT IN YOUTH AND ADULT EDUCATION (EJA)

Juliana Silva Correia¹

Rodrigo Pereira²

RESUMO

O presente estudo traz uma reflexão sobre as principais dificuldades para a permanência dos alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Este artigo tem o objetivo de identificar problemas, as estratégias e as contribuições da Gestão Escolar na modalidade EJA. A abordagem do contexto educacional e as informações contidas na Constituição Federal, Plano Nacional de Educação 2014-2024 e Diretrizes Curriculares foram analisadas neste estudo. Os dados estatísticos levantados foram consultados no banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Para fundamentação foi analisado o estudo da EJA desenvolvido por Araújo (2017) no Município de Rio Largo, Alagoas. De acordo com as análises, as matrículas na EJA no Brasil têm diminuído de forma expressiva desde 2018, enquanto no Município de Rio Largo houve um crescimento. O Plano Nacional de Educação, enfatizando a meta 10, foi alvo de interpretação neste estudo, além das estratégias adotadas para o cumprimento do PNE 2014-2024.³

Palavras-chave: Censo escolar; Gestão Democrática; Dificuldades.

ABSTRACT

This study reflects on the Educational modality aimed at Young People and Adults (EJA), covering the main difficulties for students to remain in Education. This article aims to identify problems, strategies and contributions of school management to its social role in the EJA modality. The approach to the educational context and the information contained in the Federal Constitution, National Education Plan 2014-2024 and Curricular Guidelines were analyzed in the study. The statistical data collected were made available by the National Institute of Studies and Educational Research Anísio Teixeira. According to the analysis, enrollments in EJA have decreased significantly since 2018. The National

¹- Licenciada em Ciência Biológicas, UFAL; juliana.correia@delmiro.ufal.br

² - Doutor em Educação; UFAL– Professor Associado da universidade Federal de Alagoas. *Campus do Sertão* em Delmiro Gouveia. Orientador deste trabalho; pedagogia.delmiro.ufal.br

³ -Pesquisa no contexto de formação do Curso de Especialização em Gestão Educacional promovido pela Universidade Federal de Alagoas – *Campus do Sertão* (2023/2024) UAB/CAPES.

Education Plan, emphasizing goal 10, was commented on throughout the study, including the strategies adopted to comply with the PNE 2014-2024 and it is concluded that the strategies mentioned in the PNE are not always fulfilled.

Keywords: School census; Democratic management; Difficulties.

1. INTRODUÇÃO

A gestão é fundamental para a organização da escola, constituindo uma dimensão elementar no processo de gerenciamento das demandas escolares. O processo educacional com vistas a construção do conhecimento não se dá apenas na sala de aula. Este trabalho para a permanência dos alunos, incluindo a participação, a inclusão e as condições de oferta são, sem dúvida, decisivos para a continuidade ou não dos alunos desta modalidade.

Os desafios colocados para a garantia do direito dos jovens e adultos à Educação são complexos, embora podem ser enfrentados pelas equipes escolares, sob a liderança da direção e da coordenação pedagógica.

Uma implementação importante para a EJA é o direito assegurado na Constituição Federal de 1988, até chegar à LDB, de 1996. Da Constituição Federal de 1988 cabe destacar o Artigo 208, que estabelece como dever do Estado:

- I – Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;
 - II - Progressiva universalização do ensino médio gratuito;
 - III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
 - IV - Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
 - V – Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
 - VI - Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
 - VII – Atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL, 1988).

A referência à obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental para todas as idades, à progressiva universalização do ensino médio e ao ensino noturno adequado às condições do educando são pautas para o campo da EJA. É também, uma tentativa de alcançar esse público, que por algum motivo não completou a escolaridade na fase correta e que tem características singulares de aprendizagem, devido às trajetórias de vida, condições socioeconômicas e culturais.

Além da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) traz uma abordagem para essa modalidade. A seção V é composta pelos artigos 37 e 38 e define EJA como uma modalidade de ensino.

Art. 37. A educação de Jovens e Adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

- I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;
- II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

Dessa forma, a Constituição Federal e a LDB garantem a todo cidadão brasileiro o direito à escola pública, independente de sua idade, o que implica um compromisso maior por parte do poder público em criar uma proposta de escola e educação adequada à realidade desses alunos.

Além da garantia assegurada pelas leis brasileiras, a abordagem com esse público tem que ser diferente da utilizada com crianças e jovens. Nesse sentido, as metodologias de ensino na EJA são mais flexíveis, sendo ofertadas na maioria das vezes em turno regular no período noturno. Um dos fatores de problemática nesta modalidade de ensino é a evasão escolar, os jovens e adultos das camadas populares não acorrem com mais

frequência às aulas porque a busca dos meios de subsistência absorve todo seu tempo.

Em relação a isso, Freire (2003) aponta para a necessidade de uma escola diferente, de qualidade, que se aproxime das necessidades e interesses da população, oferecendo uma educação que possibilite formas de relações sociais mais humanas e justas. Tais características possibilitam a todos viver uma educação reflexiva e criadora, ao invés de um processo puramente mecânico, na qual poderiam se apropriar do mundo a sua volta e construir conhecimentos próprios a partir das trajetórias de vida. Quando se trata do ambiente escolar, uma questão fundamental para a prática docente é buscar, por intermédio de Freire, minimizar tendências tradicionalistas.

O homem é um ser social, apto a aprender. O educador Paulo Freire foi o responsável pelo método que consiste na proposta de alfabetização de jovens e adultos. Freire defende uma educação libertadora. O importante, do ponto de vista de uma educação libertadora e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutam o seu pensar, sua própria visão de mundo, manifestada implicitamente ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros (FREIRE, 1987). O papel do professor na EJA-educação de jovens e adultos, é de grande importância no processo de reingresso do aluno às turmas, é de suma importância o perfil do docente no sucesso de aprendizagem do aluno adulto.

Entre as dificuldades presentes nesta modalidade de ensino, muitas vezes causadoras de desistência dos alunos, estão a gestão do tempo de trabalho: ao chegar na escola estão cansados, o que diminui a produtividade no âmbito escolar. Comumente esse alunado é formado por pessoas que passaram muitos anos fora da sala de aula, e diversos indivíduos apresentam problemas de saúde, tais como baixa visão, baixa audição, dificuldades motoras e déficit de aprendizagem.

Patto (1996) aponta que a estrutura e desestrutura familiar, o contexto social, a violência, a instabilidade financeira e emocional, a instituição escolar pouco atrativa, autoritária, sem compreensão do seu papel social, assim como alunos desinteressados e indisciplinados, bem como a falta de interação de todos envolvidos podem contribuir para a evasão. É um desafio para Gestores Escolares conseguir manter as turmas de EJA em atividade, tendo em vista que a evasão escolar cresce constantemente.

Maia (2010), em seu artigo sobre alunos trabalhadores da EJA, relata a difícil

situação desses jovens, que enfrentam uma tripla jornada, trabalhando durante o dia para prover o seu sustento e ajudar a família e estudando à noite. Para o autor essa rotina é extremamente desgastante, física e psicologicamente falando e leva ao fracasso escolar.

De acordo com Patto (1996), fatores internos e externos à escola, como drogas, sucessivas reprovações, prostituição, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo escolar, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho influenciam diretamente nas atitudes dos alunos que se afastam da escola.

O Censo escolar de 2023 apresenta os dados de alunos matriculados nos últimos anos, em todo o Brasil. Foi observado que o número de alunos matriculados tem diminuído, como está exemplificado no gráfico abaixo, o que corrobora com as observações sobre a evasão escolar. Há um declínio significativo nessa modalidade.

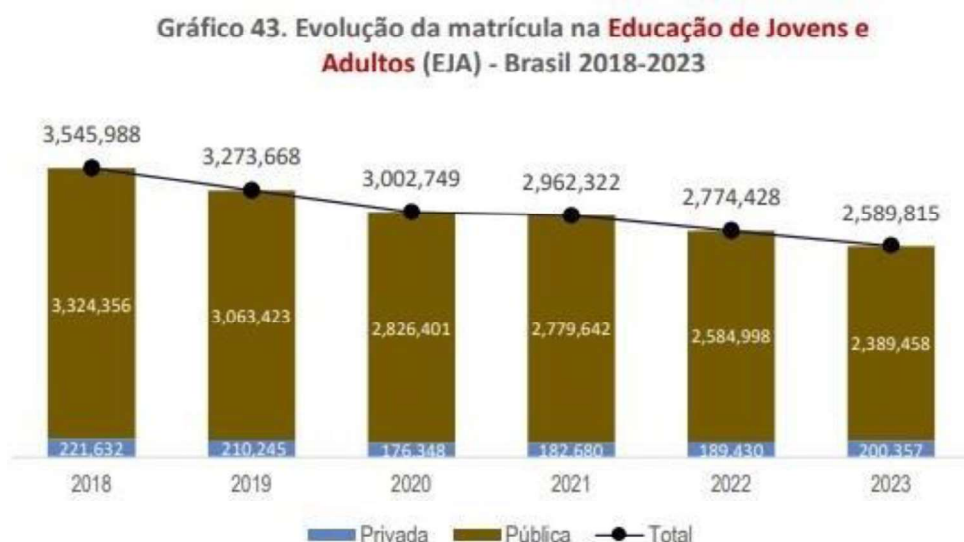


Figura 1. Evolução das matrículas da EJA-Censo Escolar 2023. -Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Levantar hipóteses que apontam os fatores para o abandono/evasão escolar torna-se necessário para produzir políticas públicas, com o objetivo de contribuir para enfrentamento da exclusão social. É necessário desenvolver estratégias para que essa diminuição das matrículas seja revertida.

A Gestão escolar é responsável por administrar toda a escola, orientar professores, coordenar e atualizar o Projeto Político Pedagógico, analisar os resultados de aprendizagem de estudantes e liderar a elaboração de melhoria do ambiente escolar,

administrar finanças, além de esquivar-se dos obstáculos. Tem também o desafio de entender as demandas que seu público de alunos necessita, para assim não perder esse alunado.

Para Libâneo, (2012) o ensino e a falta de vínculo com a realidade são fatores que desestimulam os alunos e contribuem para o crescimento da evasão escolar, de modo que a falta de estímulo a longo prazo traz consequências sociais. Com o alastramento da violência, aumenta a privação do ir e do vir faz com que muitos jovens adotem comportamentos violentos, como resposta às limitações que vivem.

A história da educação pública no Brasil está relacionada na luta pela garantia dos direitos sociais e humanos. O direito a educação e a obrigatoriedade escolar permeiam toda legislação educacional brasileira, num movimento de reivindicações, conquistas, recuos e superações. É fundamental garantir condições para que os alunos não desistam de concluir a educação básica.

Os direcionamentos para a EJA demoraram a serem implantados, e surgem muitos questionamentos no sentido de que não se é prioridade para os governos essa modalidade de ensino. Nesse contexto, é válido apresentar alguns questionamentos realizados por Ribas (2013): “Interessa ao sistema capitalista, alicerçado pela política neoliberal, alfabetizar idosos? Prover uma educação de qualidade para jovens já evadidos, por isso, anteriormente excluídos?”. Ao que a autora justifica: Ora, parece que a essa modalidade de ensino é inculcada a tarefa de alfabetizar os excluídos, para apregoar a falsa ideia de inclusão e promover uma educação aligeirada, sem se preocupar com as condições de escolarização destinadas ao público da EJA. Incluem-se nessas condições não só as questões materiais, mas também pedagógicas, especialmente no que concerne à formação do professor para atuar nessa modalidade de ensino.

2. MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, em que foi realizada a análise documental a partir dos dados coletados pelo INEP referentes ao período de 2018 a 2023, informados no Censo Escolar de 2023. Também foi realizada a análise da abordagem do perfil dos estudantes dessa modalidade, no município de Rio Largo, Alagoas, a partir do estudo realizado por Araújo et al (2017).

O período foi definido pelo fato de que, no ano de 2018 houve um declínio no número de matrículas nessa modalidade, no Brasil.

Em relação à pesquisa documental, Sá-Silva et al. (2009) consideram que este tipo de pesquisa pode proporcionar uma riqueza de informações, que auxiliam na compreensão de diversos fenômenos, a partir de sua contextualização histórica e sociocultural.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

A proposta da EJA é bastante discutida pelo educador Paulo Freire que se baseia na realidade do educando, levando-se em conta suas experiências, suas opiniões e sua história de vida. Educador e educandos devem caminhar juntos, interagindo durante todo o processo de educação. É importante que o adulto alfabetizando compreenda o que está sendo ensinado e que saiba aplicar em sua vida o conteúdo aprendido na escola.

Segundo Freire (2002), para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem.

Analisando os dados sobre as matrículas na EJA, observamos o Censo Escolar, disponibilizado pelo Instituto Nacional Anísio Teixeira-INEP.

De acordo com o Censo Escolar (BRASIL, 2023):

As matrículas na educação de jovens e adultos (EJA) se mantiveram em queda, como ocorre desde 2018. Em 2023, foram registrados 2,5 milhões de estudantes. Desses, 2,3 milhões, na rede pública e cerca de 200 mil, na rede privada. Aplicado pelo Inep, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é uma alternativa para a obtenção do certificado dos ensinos fundamental e médio.

É bastante significativa a diferença entre o número de matrículas da modalidade

de Ensino Regular quando comparada a Educação de Jovens e Adultos que estão presentes na estatística do ano de 2023, no Censo Escolar. A baixa quantidade de matrículas pode estar associada a equívocos e uma oferta inapropriada que dificulta o acesso à educação.

Entretanto, vale destacar que ainda há muito o que se fazer para melhorar e efetivar a educação de jovens e adultos para um processo de ensino de qualidade e de efetividade. Para tanto, é preciso ações conjuntas do Estado cumprindo seu papel constitucional e de cobrança da sociedade civil para que de fato haja mudanças no sistema educacional brasileiro.

Podemos observar na figura abaixo a distribuição de matrículas no último Censo Escolar, realizado no ano de 2023.



Figura 2. Estatísticas do Censo Escolar-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

De acordo com os dados apresentados do Censo escolar 2023, a maior demanda de matrículas é na etapa regular de ensino. Para tanto, é preciso ações conjuntas do Estado cumprindo seu papel constitucional e de cobrança da sociedade civil para que esse cenário tenha mudanças.

A oferta de assistência estudantil na modalidade EJA é uma estratégia adotada para o crescimento no número de matrículas, sendo ela mencionada no Plano Nacional

de Educação (PNE-2014-2024), informando que se deve:

Institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

Contudo, existem locais que não cumprem ou não ofertam assistência, e isso faz com que os alunos que precisam trabalhar desistam de seus estudos, muitos desses alunos trabalham em empregos desgastantes ou na informalidade, o que aumenta a necessidade de apoio às políticas públicas educacionais.

Os estudantes dessa modalidade têm em comum a violação de um direito fundamental ainda na infância ou adolescência de modo que seu perfil está entrelaçado com outros grupos historicamente discriminados, como pessoas negras, com deficiência, transexuais e travestis. O contexto que vivemos acentua, por conseguinte, as desigualdades econômicas, sociais, raciais e de gênero, deixando ainda mais vulneráveis jovens e adultos cujo direito à educação não foi assegurado na infância ou na adolescência.

O público da EJA traz consigo vários saberes, Paulo Freire referia-se aos saberes acumulados pelos estudantes fora do espaço escolar, que devem ser valorizados e celebrados ao longo do processo pedagógico, sem ser menosprezados como inferiores aos saberes científicos

A maioria das licenciaturas não prepara para atuar com jovens e adultos, os professores tendem a reproduzir nessas turmas os métodos e conteúdos curriculares do ensino das crianças, até que o acúmulo de experiência e o trabalho coletivo lhes permita construir novos saberes da docência. (Pereira e Fonseca, 2001; Ribeiro, 1999).

Considerando que a insuficiência da formação dos professores já foi suficientemente reiterada nos estudos acadêmicos, seria oportuno que esses estudos passassem a se concentrar mais na produção e na sistematização de conhecimentos que contribuam no plano teórico para constituição deste campo pedagógico e, conseqüentemente, para a formação de seus educadores (RIBEIRO, 1999).

A rotatividade dos professores, que na maior parte dos casos apenas completa

suas jornadas de trabalho na EJA, torna os esforços de formação em serviço pouco efetivos. O coordenador desempenha um papel estratégico para o enfrentamento desse quadro, pois cabe a ele promover a formação continuada da equipe e incentivar o estudo, as práticas de registro, a análise crítica e o intercâmbio de experiências.

Não há uma definição específica de currículo para a EJA, os professores realizam as adaptações e tendem a ser pouco significativas e desconectadas das necessidades de aprendizagem dos discentes.

Percebe-se a existência de uma grande diversidade que interferem no avanço da EJA, entre elas destaca-se a insuficiência de investimentos na formação do professor que atua nessa modalidade de ensino, no sentido de que ele possa promover estratégias didáticas, com uma ideologia diferenciada, direcionadas a esse público que apresenta individualidades exclusivas de sua condição social, econômica e cultural. Nesse sentido, percebe-se que o aluno da EJA tem deixado de vivenciar estratégias didáticas adotadas em outras modalidades de ensino.

A Educação de Jovens e Adultos deve ser tratada juntamente com outras políticas públicas e não isoladamente, Vieira (2004) reflete:

Mesmo reconhecendo a disposição do governo em estabelecer uma política ampla para EJA, especialistas apontam a desarticulação entre as ações de alfabetização e de EJA, questionando o tempo destinado à alfabetização e à questão da formação do educador. A prioridade concedida ao programa recoloca a educação de jovens e adultos no debate da agenda das políticas públicas, reafirmando, portanto, o direito constitucional ao ensino fundamental, independente da idade. Todavia, o direito à educação não se reduz à alfabetização. A experiência acumulada pela história da EJA nos permite reafirmar que intervenções breves e pontuais não garantem um domínio suficiente da leitura e da escrita. Além da necessária continuidade no ensino básico, é preciso articular as políticas de EJA a outras políticas. Afinal, o mito de que a alfabetização por si só promove o desenvolvimento social e pessoal há muito foi desfeito. Isolado, o processo de alfabetização não gera emprego, renda e saúde.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, as ações educacionais relacionadas à EJA em Alagoas não apresentaram imediatamente mudanças expressivas. Isso só veio acontecer na década de 1990, quando apareceram encaminhamentos

diferenciados.

3.1. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EJA

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, por meio do Parecer da Câmara de Educação Básica nº 11/2000, estabelece para a EJA as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora (BRASIL, 2000). Com isso, podemos destacar o carácter contínuo da educação ao longo da vida e a preocupação do documento, em termos teóricos, de considerar as condições diferenciadas deste alunado, por meio da prevenção dessas desigualdades.

Quanto à formação de professores para a EJA, no artigo 17 das Diretrizes Curriculares Nacionais, fica estabelecido que: A formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, apoiada em:

- I – Ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica;
- II – Investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas;
- III – Desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática;
- IV – Utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem (BRASIL, 2000).

É imprescindível que as técnicas educativas sejam colocadas em prática para uma eficácia na aprendizagem dos alunos, estes que em algum momento da vida estudantil não conseguiram concluir a educação básica.

Outra oportunidade para esse público é a educação profissional, que corresponde à “etapa final da Educação Básica”, oferecendo ao educando “a preparação básica para o trabalho” – sem distanciá-lo da formação geral – e fornecendo a ele “a preparação para o Exercício de Profissões Técnicas”, conforme trata o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Trata-se de uma formação complementar à educação básica,

podendo ser desenvolvida em diferentes níveis para jovens e adultos. (BRASIL, 1996).

Muitos jovens optam pelos cursos profissionalizantes, sendo uma forma de se incluir e qualificar-se para o mercado de trabalho.

3.2. PROEJA: UMA ANÁLISE DE VINCULAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO ESCOLAR E A PROFISSIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

A incorporação das duas modalidades de ensino à educação profissional na modalidade Educação de Jovens e Adultos na educação básica está prevista no Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, com o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído, em âmbito federal, e oferecido em diversas instituições de ensino (BRASIL, 2006).

O PROEJA tem como objetivo oferecer a jovens e adultos oportunidades de escolarização, da educação básica associada à educação profissional, reconhecendo que as políticas públicas para a modalidade da EJA têm tratado de forma desacertada a “questão do analfabetismo, sem articulação com a educação básica como um todo, nem com a formação para o trabalho [...]” (BRASIL, 2006).

O programa é destinado a pessoas com idade mínima de 18 anos. São previstas duas formas de oferta: formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. A proposta do PROEJA é uma alternativa inovadora para a qualificação e o aumento da escolaridade dos trabalhadores. (BRASIL, 2006).

De acordo com Azevedo e Tavares (2015, p. 111), o objetivo principal do programa:

(...) parte da compreensão de que a escola é um *locus* integrante e atuante nas dinâmicas sociais, devendo contribuir para o desenvolvimento das vocações produtivas e das potencialidades de desenvolvimento regional, envolvida em ações de sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental.

3.3. A EJA E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

De acordo com o artigo 23 da LDB, os cursos de EJA podem ser organizados em

séries anuais, períodos semestrais, ciclos, módulos, grupos não seriados ou em regime de alternância (BRASIL,1996). Sendo destinada àqueles que não tiveram acesso aos estudos nos ensinos Fundamental e Médio na idade regular.

No corpo do PNE 2014–2024, as metas que compõem o campo da EJA são as seguintes: a) Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência do Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao IBGE; b) Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional; e c) Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de EJA, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à Educação profissional (Brasil, 2014).

Na Meta 8, temos a elevação de escolaridade média da população de 18 a 29 anos, cujos avanços podem ser configurados em quatro indicadores: (I) as regiões com menos escolaridade; (II) as populações do campo; (III) os 25% mais pobres; e (IV) na equidade entre negros e não negros declarados ao IBGE.

Segundo Haddad e Pierro (2000), o Plano Nacional de Educação de responsabilidade da União, previsto pela Constituição de 1934, deveria incluir entre suas normas o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória. Esse ensino deveria ser extensivo aos adultos. Pela primeira vez a educação de jovens e adultos era reconhecida e recebia um tratamento particular.

A preocupação em avaliar o desenvolvimento das metas do PNE relacionadas à EJA em contextos locais é relatado em Medeiros (2022) refletindo as metas destinadas à alfabetização de jovens e adultos.

Ano	Dependência Administrativa					
	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2016	3.482.174	3.273.439	11.813	1.917.220	1.344.406	208.735
2017	3.598.716	3.380.008	12.611	1.970.961	1.396.436	218.708
2018	3.545.988	3.324.356	13.023	1.956.621	1.354.712	221.632
2019	3.273.668	3.063.423	14.321	1.744.527	1.304.575	210.245
2020	3.002.749	2.826.401	13.636	1.618.025	1.194.740	176.348
2021	2.962.322	2.779.642	11.843	1.504.506	1.263.283	182.680

2022	2.774.428	2.584.998	11.089	1.328.450	1.245.459	189.430
2023	2.589.815	2.389.458	9.155	1.171.709	1.208.594	200.357

Figura 3. Matrículas na EJA, Brasil, por Dependência Administrativa (2018–2022).
Fonte: Inepdata/Estatísticas Censo Escolar (Inep, 2023).

Enquanto os dados do Censo Escolar (2023) atestam a redução (lenta) do número de pessoas sem acesso à Educação Básica, torna-se igualmente evidente a placidez do sistema educacional assistindo à queda acelerada de matrículas na EJA, corroborando a percepção da falsa incorporação da modalidade na pauta e nas estruturas institucionais responsáveis pelas políticas educacionais como determinante à negação do direito à Educação para pessoas jovens e adultas. Com efeito, conforme podemos observar na figura 3, entre 2016 e 2023, as matrículas na EJA diminuíram em 25,6%.

A permanência dessas desigualdades, entre outros fatores, resulta: do preconceito em relação ao analfabeto (Galvão, Di Pierro, 2013); de aspectos internos ao sistema de Ensino (o esvaziamento da capacidade de atendimento da demanda potencial na EJA; a contínua produção elevada de abandonos e repetências, além de questões de natureza administrativa, pedagógica, de financiamento, de infraestrutura); das múltiplas desigualdades socioeconômicas; das diferenças inter-regionais e das diferentes condições de oferta da Educação Básica às populações do campo e da cidade, e no contexto das relações étnico-raciais (Haddad, Siqueira, 2015).

Abordando as estratégias da Meta 9 do PNE, Oliveira (2022) caracteriza-as como um conjunto de intenções desprovidas de efetividade, dado que: não se implementaram políticas públicas mais robustas de alfabetização do contingente de analfabetos com idade entre os 15 e 59 anos (Estratégia 9.3); não se estabeleceram mecanismos e incentivos de compatibilização da jornada de trabalho dos trabalhadores analfabetos com a oferta das ações educativas (Estratégia 9.10). Acrescente-se, também, a ausência, no programa de transferência de renda, de benefício adicional específico ao público envolvido em iniciativas de alfabetização (Estratégia 9.4).

Por fim, não se desenvolveu qualquer processo de aferição das aprendizagens dessa população (Estratégia 9.6). Relativamente à Meta 10, suas estratégias articulam esforços para a universalização da Educação Básica (objeto das metas 1, 2, 3 e 4 do PNE) e expansão da escolaridade das pessoas jovens e adultas (metas 8 e 9),

dimensionando a oferta da EJA em integração à Educação profissional, visando a inserção dos sujeitos no mundo do trabalho.

3.4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE RIO LARGO

A proposta de inclusão da EJA no Plano Estadual de Educação de Alagoas - PEE estava fundamentada na alfabetização em caráter e natureza popular, com a perspectiva de superar a concepção das antigas campanhas de alfabetização, por serem de cunho apenas emergencial e compensatório, devido ao fato de considerarem o analfabetismo como um mal a ser combatido em períodos estanques (Alagoas, 2006).

De acordo com Roldão (2009), em seu pensamento, no trabalho docente são construídas estratégias didáticas que favorecem o desenvolvimento da aprendizagem. a partir de problemas, sistematização do conteúdo e questionamentos sobre o tema abordado.

No Cenário da Educação do Município de Rio Largo, Alagoas, o desemprego, a violência e as práticas ilegais (drogas) chegam a ser o maior causador da situação de evasão. A EJA, de certa forma, adjetiva os alunos da modalidade, pois seu perfil é pautado em sua condição social. É preciso haver uma humanização, uma reconstrução desse perfil.

A EJA nomeia os jovens e adultos pela sua realidade social: oprimidos, pobres, sem-terra, sem teto, sem horizonte.

Pode ser um retrocesso encobrir essa realidade brutal sob nomes mais nossos, de nosso discurso como escolares, como pesquisadores ou formuladores de políticas: repetentes, defasados, aceleráveis, analfabetos, candidatos à suplência, discriminados, empregáveis. Esses nomes escolares deixam de fora dimensões de sua condição humana que são fundamentais para as experiências de educação. (ARROYO, 2001).

Segundo o estudo de Araújo et al. (2017) o perfil dos estudantes do município de Rio Largo são mulheres que trabalham com vendas, empregadas domésticas ou faxineiras e os homens por sua vez são serventes ou cortadores de cana, e todos eles têm de 1 a 6

filhos.

As mulheres, com idade de 26 a 35 anos, dentre os motivos alegados para a desistência da escola foi o cuidado com os irmãos menores, para que a mãe trabalhasse. Como podemos observar no gráfico abaixo, contudo podemos fazer uma reflexão de que essas mulheres buscam se qualificar para se adequar no mercado de trabalho.

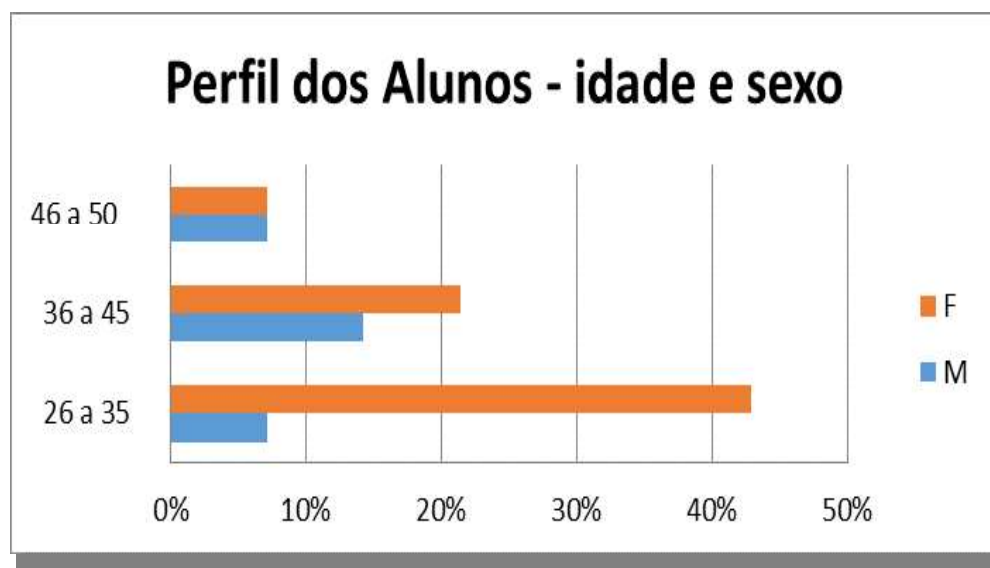


Figura 4. Perfil dos alunos do Município de Rio Largo, Alagoas. Fonte: Araújo, et. al (2017).

Atentando para alguns dos motivos para o retorno ou busca pela escolarização em fase adulta das mulheres. Diante da busca por iguais condições sociais as mulheres adentram ao mercado de trabalho e em determinado momento é exigido delas uma qualificação da mão de obra, seja braçal ou intelectual. Nesse sentido Oro, Weschenfelder e Stecanela (2010) descrevem que:

A inserção das mulheres no mercado de trabalho traz consigo uma mudança no modo em que elas passam a se relacionar com a escolarização. A pressão das mulheres pela conquista de igualdades, relacionadas a cargos e salários, vem acompanhada pela qualificação profissional, mesmo que atuem em funções que ela não seja necessária, o mínimo que se obriga é o término da escolarização obrigatória.

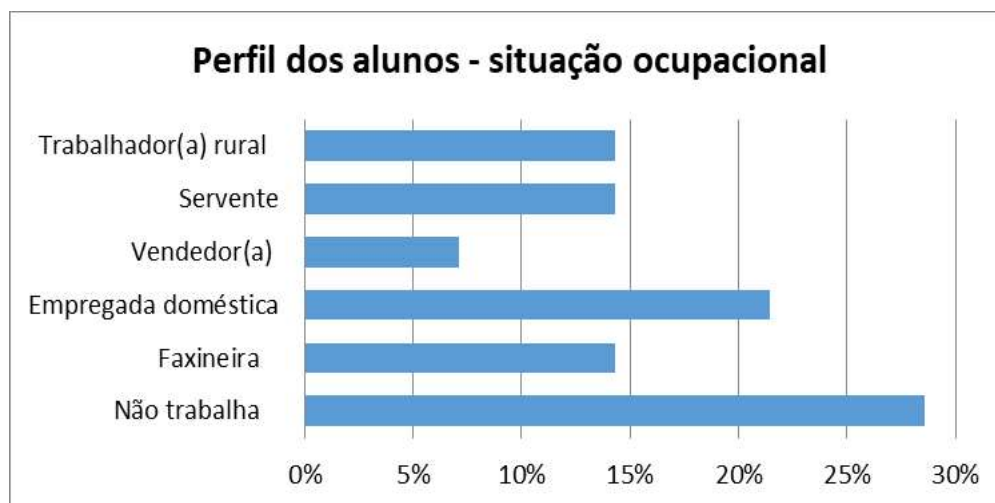


Figura 5. Fonte: Araújo, et. al (2017).

perfil dos alunos matriculados na EJA tem mudado a medida do tempo. Ensinar numa sala de aula da EJA era contemplar rostos de pessoas adultas ou idosas. Atualmente, ensinar numa sala de aula da EJA é contemplar rostos de jovens trabalhadores com anseio de concluir seus estudos e obter uma formação.

Percebemos que os alunos da EJA constituem um grupo bastante heterogêneo no que diz respeito à idade, características socioculturais, inserção ou não no mundo do trabalho, local de moradia, entre outras características (GUEDES, 2009). Neste sentido, é preciso ressignificar a escola, no momento de chegada desses alunos, sejam eles jovens, adultos ou idosos. É de suma importância, porque a decisão de voltar não é fácil, e a escola não pode perder de vista a experiência de vida que estes educandos trazem.

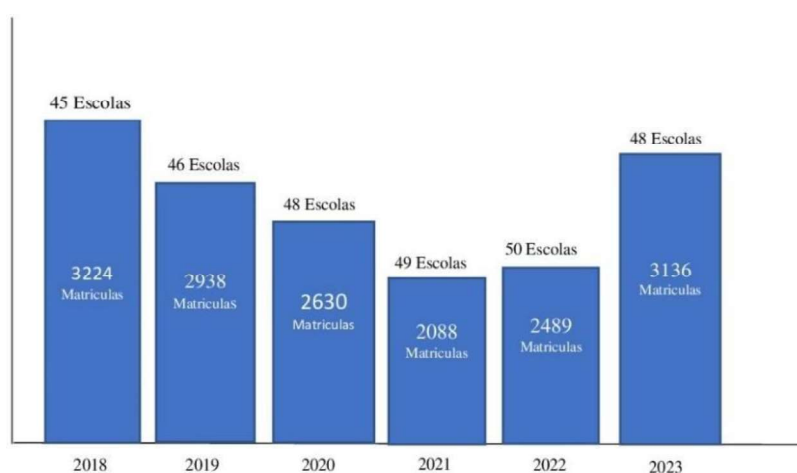


Figura 6. Número de matrículas do Município de Rio Largo, Alagoas, dos anos de 2018 a 2023, de acordo com o Censo Escolar 2023.

No gráfico acima, foi realizada uma análise do número de matrículas no município de Rio Largo, na modalidade EJA, dos anos de 2018 a 2023. Percebemos um declínio nos números de matrículas até o ano de 2021 e um crescimento nos anos de 2022 e 2023.

A pandemia da Covid-19 intensificou os desafios para a Educação Básica do Brasil, em especial para a EJA. Além de enfrentar dificuldades com o afastamento presencial das salas de aula, escassez de recursos tecnológicos, capacitação da equipe docente e readaptação do currículo, a trajetória escolar dos alunos da EJA é marcada por interrupções mesmo antes do isolamento social. Já no ano de 2023 observa-se um crescimento significativo das matrículas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho aborda as dificuldades enfrentadas pela Gestão escolar em sua administração na modalidade EJA. O contexto da EJA no Brasil, no Estado de Alagoas e no município de Rio Largo, além de abordar assuntos como a evasão escolar, políticas públicas para a permanência e incentivo aos estudantes e a formação continuada dos professores, tendo em vista que o currículo da EJA precisa de adaptações a realidade do alunado.

Assim, considerando que a EJA representa a possibilidade de formação e inserção profissional, foi diagnosticado através dos estudos, através do perfil desses alunos é que a EJA representa uma possibilidade de melhorar as condições de vida, através da qualificação profissional. É fundamental que as políticas públicas contemplem os aspectos sobre o processo de inclusão dos estudantes, como se cumprir as metas e estratégias definidas no Plano Nacional de Educação e incentivos adaptados especificamente para esse grupo.

É oportuno lembrar que todos podem e devem contribuir para o desenvolvimento da EJA: os governantes devem implantar políticas integradas para a EJA, as escolas devem elaborar um projeto adequado para seus próprios alunos e não seguir modelos prontos, os professores devem estar sempre atualizando seus conhecimentos e métodos de ensino, os alunos devem sentir orgulho da EJA e valorizar a oportunidade que estão tendo de estudar e ampliar seus conhecimentos.

A garantia de que o cumprimento da legislação vigente, articulada com estratégias eficazes recomendadas a serem seguidas será imprescindível para concretizar objetivos traçados na realidade deste desses alunos.

5. REFERÊNCIAS

ALAGOAS. (2006). **Secretária de Estado da Educação, Fórum Estadual de Educação**. Plano Estadual de Educação 2005-2015.

ARROYO, MIGUEL. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão**. Alfabetização e cidadania: Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, Brasília: RAAAB, n. 11, p. 221-230, 2001.

ARAÚJO, ELIENE DE; SIMPLICIO, LÍLIAN ROUSE GOMES PINTO; GOMES, ALDENICE TAVARES DA SILVA; SANTOS, JAVAN SAMI ARAÚJO DOS. **EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESTUDO DE CASO EM ESCOLA PÚBLICA**. 2017. P. 115, Disponível em: TRABALHO_EV117_MD1_SA12_ID10859_17092018214202.pdf. Acesso em 05 de janeiro de 2025.

AZEVEDO, MÁRCIO ADRIANO DE; TAVARES, ANDREZZA MARIA B. DO NASCIMENTO. **Educação de jovens e adultos e educação profissional no Brasil: caminhos e descaminhos no contexto da diversidade**. Holos, ano 31, v. 4, p. 107-118, Ago. 2015. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/3182/1130>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

BRASIL. Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005. **Institui no âmbito das instituições federais de educação tecnológica**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2005. p. 17, (Revogado pelo Decreto nº 5.840 de 2006).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. p. 116 Acesso em 29 de

novembro de 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998. p. 88

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica**. Parecer n. 11 de 10 de maio de 2000. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000. p. 68 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf >. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação**. Brasília, DF: INEP, 2014. p. 17

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. p. 32, Acesso em 29 de novembro de 2024.

FREIRE, PAULO. *Pedagogia do oprimido*. 17. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____ *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 10ª ed. São Paulo. Paz e Terra. 2002, p. 23.

_____ *Educação e atualidade brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GALVÃO, A. M. O.; DI PIERRO, M. C. **Preconceito contra o analfabeto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 98.

GUEDES, L. F. **A leitura no universo educacional de jovens e adultos**. In: congresso de leitura do Brasil-Cole. Campinas, SP. Anais 17º Congresso de Leitura do Brasil. Campinas: Unicamp/FE; ALB, 2009. p. 49

HADDAD, S. & DI PIERRO, M. C. (1994). **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos: consolidação de documentos 1985/1994**. CEDI, Ação Educativa, ago. p. 78.

GALVÃO, A. M. O.; DI PIERRO, M. C. **Preconceito contra o analfabeto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 37-40.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Estatísticas Censo Escolar.** p. 113, Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>. Acesso em 20 jul. 2024b.

LIBÂNEO, JOSÉ CARLOS; ALVES, NILDA (ORG.). **Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo.** p. 38, São Paulo: Cortez, 2012.

MAIA, A. A. **Origem, realidade e futuro dos alunos trabalhadores da EJA.** Disponível em: <http://www.webartigos.com> Acesso em 15 de fevereiro de 2025.

MEDEIROS, A. F. **A alfabetização de jovens e adultos no PEE/AM (2015-2025).** Revista Educação e Políticas em Debate, v. 11, n. 1, p. 438-455, jan./abr. 2022. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n1a2022-60224>.

OLIVEIRA, B. A. **É possível erradicar o analfabetismo absoluto no Brasil até 2024?** In: MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. M. (orgs). *Estratégias do Plano Nacional de Educação II.* Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. p. 137-142, (Coleção Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, v. 6).

ORO, A. C. WESCHENFELDER, R. C. S. STECANELA, N. **Mulheres e EJA: o que elas buscam?** 2010. Artigo. Disponível em: <http://www.upplay.com.br/restrito/nepso2010/pdf/artigos/caxias/Artigo%20Mulheres%20e%20EJA%20-%20o%20que%20elas%20buscam.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2025.

PATTO, MARIA HELENA SOUZA. **A Produção do Fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** p. 77, 2º ed. São Paulo, 1996.

PEREIRA, J. E. D.; Fonseca, M. C. F. R. *Identidade Docente e Formação de Educadores de Jovens e Adultos.* Porto Alegre, Educação & Realidade, vol. 6, n. 2, p. 51-73, jul./dez. 2001.

RIBAS, M. S. **‘Ser professor’ na educação de jovens e adultos: interfaces entre representações sociais de professores que atuam nessa modalidade de ensino na Rede Municipal de Curitiba e as políticas educacionais.** 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação). p. 110, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013.

RIBEIRO, V. M. *A Formação de Educadores e a Constituição da Educação de Jovens e Adultos como Campo Pedagógico.* Educação e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 68, p. 184-201, dez. 1999.

ROLDÃO, M. C. (2009). **Estratégias de ensino: o saber e o agir do professor.** Fundação Manuel Leão. p. 120

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: **pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

VIEIRA, MARIA CLARISSE. Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004, p. 89-92